

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL ESTADO DO PARANÁ.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTORISTA PELO PERÍODO DE 12 MESES.

JOCH CORRETORA DE SEGUROS E CONSULTORIA LTDA, com sede na Rua Padre Julio Pareda, 57, bairro Costeira, São José dos Pinhais, Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.895.820/0001-36, representada neste ato por Sr. Julio Cesar Makuch, portador da Cédula de Identidade RG n.º 6.804.251-8 SESP/PR e CPF n.º 024.787.419-11, legalmente constituída na forma dos seus atos constitutivos, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, tempestivamente, oferecer suas CONTRARRAZÕES RECURSAIS em face dos recursos administrativos interpostos pelas empresas GM CARVALHO UNIPessoal LTDA e, para contrapor passa-se a aduzir as razões de fato e direito.

I – PRELIMINARMENTE

Da Tempestividade

Antes de passar a discorrer ponto a ponto sobre o objeto da presente contrarrazões o que será argumentado na narração dos fatos e dos direitos da Recorrida, sobreleva-se ressaltar que a norma processual administrativa aplicável ao caso em tela, a Lei n.º 8666/93, que dispõe em seu artigo 109.

É de se sustentar que o Recurso apresentado pela empresa GM CARVALHO UNIPessoal LTDA, preenche os requisitos da tempestividade, pois interposto antes da data fixada para apresentação, logo, após esse prazo inicia-se o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das Contrarrazões.

II - DO OBJETO DESTAS CONTRARRAZÕES

A Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul promoveu com transparência, lisura e dentro dos ditames legais que regem o instituto das licitações de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 o Pregão eletrônico nº 49/2023, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para contratação de serviço de motorista pelo período de 12 meses.

Após análise das propostas das licitantes credenciadas e superada a fase de lances, a Recorrida foi declarada aceita e habilitada.

Inconformada pelo simples fato de não ter se sagrado vencedora, uma vez que apresentou preço superior ao da proposta ofertada pela Recorrida, a Recorrente interpôs Recurso Administrativo, alegando que a decisão do Excelentíssimo Pregoeiro, correta, vale desde já enfatizar, feriu direitos seus.

Primeiramente cumpre mencionar que a Recorrida é uma empresa que atua no ramo objeto da licitação há mais de 3 (dois) anos, possuindo grande credibilidade junto a diversos Municípios, inclusive dispõem de contratos vigentes com o Município de Bocaiúva do Sul.

Ao analisar os recursos apresentados nota-se claramente um equívoco na tese apresentada pela RECORRENTE, tendo em vista que o julgamento deve obediência ao ato convocatório e não na forma que a RECORRENTE deseja o julgamento, ou de alguma forma ardilosa pretende conduzir.

Com a devida vênia, a empresa recorrente tenta levar o Pregoeiro e sua equipe de apoio ao erro, fazendo um verdadeiro contorcionismo interpretativo do Edital e dos documentos apresentados pela Recorrida a fim de mudar as regras do presente certame após um resultado a ela desfavorável.

É mister apontar que o respeitável Pregoeiro e Equipe de Apoio decidiu sabiamente quando habilitou a Recorrida por entender que atendeu integralmente as exigências do edital, de maneira que os argumentos trazidos nas razões recursais não podem prosperar.

Esclarece-se que a empresa recorrente devem possuir o PLENO DIREITO de interpor recursos, sendo um exercício do direito de ampla defesa e contraditório, ao qual utiliza-se da garantia constitucional para afastar ato que julga como inapropriado.

A problemática reside quando as empresas possuem interesse em frustrar o bom trâmite do procedimento licitatório, trazendo recursos com alegações INCABÍVEIS, atrasando a conclusão de certame licitatório, assim sendo, fere diretamente o interesse público e os princípios da razoabilidade e celeridade.

Importa trazer que os recursos interpostos são de fato um VERDADEIRO SOFISMO, ao qual visa OBSTRUIR TODO O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, conforme será demonstrado a seguir.

As razões dos recursos interposto pela Recorrente não deve prosperar, e tem estas Contrarrazões o objetivo de afastar de maneira contundente e de forma irrefutável tais pretensões, pois descabidas fática e juridicamente.

III – DA SUPOSTA VIOLAÇÃO AO EDITAL

A Recorrente alega suposta inobservância do Edital de Convocação, quando, de fato, o que se verifica foi exatamente o contrário, considerando que o Ilustre Pregoeiro com o auxílio da sua Equipe, se baseou nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a condução dos procedimentos relacionados ao certame em referência.

Mesmo assim, apenas e somente pelo dever de ofício, uma vez que não resta e não restou dúvida ao Ilustríssimo Pregoeiro acerca do integral cumprimento das disposições editalícias, cumpre-nos apontar as inconsistências da citada peça recursal.

A Recorrente apresentou recursos administrativos visando à desclassificação da Recorrida em razão de suposto descumprimento das regras editalícias, no que tange a planilha de composição de custo e do irregular enquadramento no Simples Nacional.

Desse modo, passamos a impugnar os tópicos alegado em sede de recurso administrativo, pelas empresas Recorrentes, sendo:

III.1 - DA SUPOSTA DESCONFORMIDADE DA PROPOSTA DE PREÇO

Alega a Recorrente que a Recorrida apresentou sua planilha de composição de custo em divergência ao instrumento convocatório.

Ocorre que a Recorrida em atenção ao modelo de planilha disponibilizada pelo município e considerando os custos da empresa, realizou sua proposta e sua composição.

A recorrente alega que a empresa Recorrida violou conforme dissertado abaixo:

1. Ausência de Insalubridade no Modulo 1 – Composição da Remuneração, prejudicando a planilha de custo. O Lote2 tem como modalidade dentro do Hospital Municipal Santa Julia, devendo ser incluso o Submodulo 1C;2. Divergências nos parâmetros legais de cálculos, utilizando formulas erradas e alterando os valores dos Modulo 2-Submodulo 2.2 (A-H) e valores finais da proposta. A base de cálculo submodulo acima deve ser o somatório doModulo 1 + Submodulo 2.1;3. Ausência dos percentuais no Modulo 4 - Submodulo 4.1. Todos os percentuais zerados;4. Custos indiretos zerados do Modulo 6 – Submodulo 6ª;5. Ausência da Intra jornada no Modulo 4 – Submodulo 4.2. O lote 2 tem uma modalidade de plantões em umaescala de trabalho 12X36, sem horário previsto para descanso ou intervalo para refeição, diante da função exercidae local, deve ser cotado na planilha de custo;6. Utilizou CCT errada PR001535/2022 (24/06/2022) e consequentemente salario da categoria. Convenção combase salarial em 2022;7. Empresa tem seu regime tributário pelo Simples. Deveria no ato do seu credenciamento solicitar a exclusão,pois a função de Motorista não contempla o regime tributário;8. RAT ajustado na sua GFIP como 0,00 (ver documento em anexo).

Pois bem! A empresa apresentou a planilha de composição com a plena convicção de que a sua planilha estava devidamente correta, todavia, ao conferir a planilha de fato apresenta tão somente um determinado erro no que tange ao salário do motorista, o qual nesta data será corrigido e encaminhado ao e-mail do município, posto que na plataforma Compras net não é possível anexar documentos.

Cabe mencionar que já é pacífico o entendimento dos Tribunais que não é motivo de desclassificação erros no preenchimento da proposta, desde que não altere o preço ofertado.

Sobre o tema temos a decisão do Plenário através do Acórdão 1.811/2014 – Plenário), vejamos:

Também, no dia 16 de abril de 2019, em Sessão Extraordinária realizada pelo Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do Acórdão de nº 898/2019, consolidou-se o entendimento de que erros no preenchimento da planilha de preços unitários não são suficientes para a desclassificação do licitante no certame, desde que a planilha possa ser ajustada sem que ocorra a majoração do preço global ofertado.

Ainda sobre o assunto também temos a IN nº 02/08 que prevê que, “A análise da exequibilidade de preços nos serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra do prestador deverá ser realizada com o auxílio da planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final de preço”. E nesse caso, “Erros no preenchimento da Planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a Planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado.

A recorrente alegou ainda que a recorrida não previu na composição a insalubridade, entretanto, ao contrário do que alega a recorrente à recorrida somente se atendeu a resposta datada em 25/03/2023 pelo município à empresa Orcali Segurança e Serviços, documento disponibilizado no Portal do Município, onde informa que não há obrigação de prever a insalubridade na composição, conforme se denota abaixo:

3) O item 2, deverá receber insalubridade? O posto será ininterrupto ou haverá intervalo?

Conforme PPRA de 2021 não há insalubridade para função de motorista.

O almoço é indenizado para os servidores efetivos, terceirizados e comissionados é dado banco de horas. Mas no geral os terceirizados trabalham dentro do contrato pra não gerar horas extras. O município também não fornece diária para os motoristas

Quanto ao custo indireto é sabido que não é obrigatório a previsão na composição da planilha, uma vez que, não é algo que possa ser previsto nesse momento da contratação.

Ocorre que na dúvida sobre a planilha ou constado algo lançado de forma equivocada é dever do Município solicitar ao primeiro colocado a readequação da planilha. No presente caso, se ainda permanecer algum erro na planilha da recorrida, solicito que seja apontado pelo Município para que possa rever e readequar.

Assim Ilustre Pregoeiro não existe o que explicar para o devido processo legal, posto que a empresa cumpriu as condições do edital, devendo permanecer habilitada, pois a correção da planilha não altera o preço final proposto.

III.2 EMPRESA OPTANTE PELO REGIME DO SIMPLES NACIONAL

Alega a recorrente que a empresa recorrida não cumpriu com postulados básicos do regime tributário a que pertence, eis que optante pelo Simples Nacional e que no ato do seu credenciamento deveria ter pedido a

exclusão, pois a função de Motorista não contempla o regime tributário do Simples.

Logo nos primeiros anos do Estatuto das Micros e Pequenas Empresas (Lei Complementar 123) houveram muitas dúvidas à respeito da possibilidade das empresas prestadoras de serviços, mesmo sendo uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte poder ou não participar de licitações cujo objeto fosse semelhante ao que esta sendo pleiteado pelo município.

Estas dúvidas que existiam foram sanados através de diversos Acórdãos e Decisões do Tribunal de Conta da União – TCU, no qual destaco os Acórdãos: Acórdão n.º 2798/2010-Plenário e o Acórdão n.º 2798/2010-Plenário, conforme o que se segue:

A condição de optante não impede a empresa de participar de licitação cujo objeto envolva cessão de mão de obra: Representação formulada ao Tribunal noticiou possíveis irregularidades no âmbito de pregão eletrônico destinado à contratação da prestação de serviços de copeiragem, com fornecimento de materiais/produtos destinados ao atendimento dos diversos órgãos que compõem a Administração Central da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) – Brasília/DF. A representante intentou o expediente perante o TCU em razão, basicamente, de decisão da pregoeira da ECT, que, a partir de recurso administrativo de outra licitante, reformou sua decisão inicial, na qual havia declarado vencedora do certame a representante. Em razão do recurso, a pregoeira entendeu ser devida a inabilitação da representante. Ao examinar a matéria, o relator destacou que o deslinde da questão envolvia a análise da possibilidade de participação de empresa optante pelo Simples Nacional em licitações de cessão e locação de mão de obra, ante a vedação expressa contida no art. 17 da Lei Complementar 123, de 2006 – LC 123/2006, que estabelece tal regime diferenciado de tributação. Inicialmente, destacou o relator que os serviços licitados, copeiragem, estariam enquadrados na referida vedação e, portanto, não poderia a representante desfrutar dos benefícios do regime de tributação do Simples. No entanto, isso “não constitui óbice à participação em licitação pública, pois, consoante destacou a unidade técnica, a Lei Complementar nº 123/2006 não faz qualquer proibição nesse sentido, tampouco a Lei de Licitações”. Desse modo, “inexistindo vedação legal, o caminho a ser trilhado por empresa optante pelo Simples Nacional que eventualmente passe a executar serviços para Administração, mas que se enquadre nas hipóteses vedadas pela lei, seria, como sugerido pela unidade técnica, a comunicação, obrigatória, à Receita Federal da situação ensejadora da exclusão do regime diferenciado, sob pena das sanções previstas na legislação tributária”, providência essa já adotada pela representante em licitação anterior, promovida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, na qual se sagrara vencedora. Todavia, considerando os argumentos apresentados pelos responsáveis da ECT, baseados em entendimentos do próprio TCU, o relator deixou de imputar-lhes sanções, votando tão somente pela expedição de determinação à entidade para adoção de providências com vistas à anulação do ato irregular (inabilitação da representante), bem como pela expedição de recomendação corretiva, de que, em licitações futuras, “faça incluir, nos editais, disposição no sentido de obrigar a contratada a apresentar cópia do ofício, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção pelo Simples Nacional) à Receita Federal do Brasil, no prazo previsto no art. 30, § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006”. O Plenário acolheu o voto do relator. Acórdão n.º 2798/2010-Plenário, TC-025.664/2010-7, rel. Min. José Jorge, 20.10.2010 (grifo nosso)

Conforme jurisprudências do TCU podem afirmar que, qualquer Microempresa ou Empresa de pequeno porte optante ou não do Simples Nacional poderão participar de licitações cujo objeto é Cessão ou locação de Mão-de-obra.

Nas licitações cujo objeto envolva cessão de mão de obra, a empresa optante será excluída de tal regime a partir do mês subsequente ao da contratação.

A exclusão do Simples Nacional encontra-se disposta no ordenamento jurídico da seguinte forma:

Art. 28. A exclusão do Simples Nacional será feita de ofício ou mediante comunicação das empresas optantes.

Parágrafo único. As regras previstas nesta seção e o modo de sua implementação serão regulamentados pelo Comitê Gestor.

(...)

Art. 30. A exclusão do Simples Nacional, mediante comunicação das microempresas ou das empresas de pequeno porte, dar-se-á:

I - por opção;

II - obrigatoriamente, quando elas incorrerem em qualquer das situações de vedação previstas nesta Lei Complementar; ou

III - obrigatoriamente, quando ultrapassado, no ano-calendário de início de atividade, o limite de receita bruta correspondente a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), multiplicados pelo número de meses de funcionamento nesse período, em relação aos tributos e contribuições federais, e, em relação aos tributos estaduais, municipais e distritais, de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), também multiplicados pelo número de meses de funcionamento no período, caso o Distrito Federal, os Estados e seus respectivos Municípios tenham adotado os limites previstos nos incisos I e II do art. 19 e no art. 20, ambos desta Lei Complementar.

§ 1º A exclusão deverá ser comunicada à Secretaria da Receita Federal:

I - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, até o último dia útil do mês de janeiro;

II - na hipótese do inciso II do caput deste artigo, até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação

III - na hipótese do inciso III do caput deste artigo, até o último dia útil do mês de janeiro do ano-calendário subsequente ao do início de atividades. (sublinhamos)

Por todo o exposto, firma-se o entendimento que a empresa pode participar do certame em questão e após a homologação do certame deve fazer migração do regime.

IV - FATOR PREÇO - ECONOMICIDADE

Conforme consta da ata de julgamento das propostas de preço, a Recorrida foi vencedora no valor de R\$ 234.616,00 (Duzentos e trinta e quatro mil seiscentos e dezesseis reais), sendo que a empresa Recorrente ofertou o preço de R\$ 343.450,00 (Trezentos e quarenta e três mil e quatrocentos e cinquenta reais).

Ou seja, trata-se de uma economia de aproximadamente R\$ 108.834,00 (Cento e oito mil oitocentos e trinta e quatro reais), do preço da recorrida para a recorrente.

Tal conjectura induz à irrefutável conclusão de que a proposta da Recorrida é, de fato, a mais vantajosa, sendo

certo que todos os esforços legais passíveis de serem aplicados para lhe assegurar a vitória devem ser levados a efeito.

É consabido que o processo licitatório representa o procedimento administrativo por meio do qual o Poder Público procura selecionar a proposta mais vantajosa para os interesses da coletividade.

Por essa razão nas licitações, a economicidade tem relevância tal que obriga o administrador público a avaliar todo o contexto de princípios ordenadores do sistema jurídico administrativo.

Em tendo apresentado essa licitante o menor preço, parece-me que ofenderia os princípios da razoabilidade e da economicidade desclassificar a proposta mais vantajosa e exequível.

V- DO PEDIDO:

Diante dos fatos e fundamentos jurídicos apresentados e devidamente comprovados a RECORRIDA em busca da aplicação do DIREITO JUSTO, passa a requerer:

1. O indeferimento em sua totalidade do RECURSO ADMINISTRATIVO apresentando pela empresa RECORRENTE por não ter qualquer que seja a sustentação jurídica para sua tese recursal.
2. O recebimento da presente CONTRARRAZÕES em sua totalidade.
3. Que caso o Ilustre Pregoeiro tenha alguma dúvida ou esclarecimento a respeito da planilha de composição de custo da recorrida, que seja promovida uma diligência e/ou pedido de correção da planilha conforme diversas orientações.
4. Que o processo de licitação continue em sua fase cursiva objetivando a adjudicação, homologação e contratação da RECORRIDA.

Em caso de prosperar outro entendimento por parte da sublime Pregoeira, requer seja o presente encaminhado à apreciação da autoridade superior do órgão licitante, para que, em última análise, decida sobre seu mérito, em conformidade com o § 4º do art. 109, da Lei Federal nº 8666/93.

Seja provido, em todos os seus termos, a presente peça, e em razão disso, atendidos os seus pedidos, como forma de imposição e prevalência da lei, da doutrina e dos princípios da moralidade administrativa, a publicidade, a legalidade e a ampla defesa.

Nestes termos, para que produza os efeitos de direito pedimos o devido DEFERIMENTO em sua totalidade da CONTRARRAZÃO ADMINISTRATIVA apresentada, primando pela ISONOMIA e o DIREITO JUSTO.

São José dos Pinhais, 15 de Junho de 2023.

Voltar **Fechar**